



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

Autos n. 0081836-82.2025.8.24.0710

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 174/2025 - CGJ

Período da correição: 06.10.2025 a 05.12.2025

EQUIPE CORREICIONAL

Juiz Corregedor: Humberto Goulart da Silveira.

Assessor Correicional: Pedro Américo de Souza Neto.

DADOS DA UNIDADE

Comarca: Capivari de Baixo.

Unidade: Vara Única.

Municípios integrantes: Capivari de Baixo.

Juíza titular: Flávia Olegário de Carvalho (substituindo).

Chefe de cartório: Viviane Olivier Alves Serafim.

Competência: Resolução TJ n. 7/2025: Art. 20. O juiz de direito da comarca de Capivari de Baixo, no âmbito de sua jurisdição, exerce a competência definida nos arts. 93 a 102 e 110 da Lei estadual n. 5.624, de 9 de novembro de 1979, ressalvada a competência da Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais da comarca da Capital, da Vara Estadual de Execuções de Penas de Multa, da Vara de Execução Fiscal Estadual, do Juizado Especial Regional da Fazenda Pública da comarca de Araranguá, da Vara Estadual de Direito Bancário, da Vara Regional de Garantias da comarca de Tubarão e da Vara Estadual de Organizações Criminosas..

A unidade integra o Projeto Jurisdição Ampliada por meio da Resolução TJ n. 15/2021

Entrância: Inicial.

APRESENTAÇÃO

Este relatório tem por objetivo analisar a situação da Vara Única da comarca de Capivari de Baixo.

Os dados estatísticos captados no Programa *Power BI* integram o presente relatório e devem ser observados pela unidade no atendimento das determinações nele apontadas.

Ao final, acompanham Orientações Gerais que devem ser observadas no decorrer das atividades diárias.

INDICADORES DA UNIDADE

a) Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU:

1) Pendências de Incidentes - Vencidos

	Fluxo Fechado/Semiaberto	Fluxo Aberto	Mais Antigo
Progressão para Semiaberto	1	1	25.10.2023
Progressão para aberto	1	1	28.08.2021
Livramento condicional	1	2	13.05.2023

Prescrição	0	3	19.10.2024
Término de Pena	0	11	01.04.2024

2) Incidentes Instaurados e Pendentes de Decisão

	Fluxo Fechado/Semiaberto	Fluxo Aberto	Mais Antigo
Instaurados até 30 dias	1	0	-
Instaurados entre 30 e 60 dias	0	2	-
Instaurados entre 60 e 90 dias	5	86	-
Instaurados há mais de 90 dias	3	54	26.10.2023

3) Cumprimentos de Medidas

	Fluxo Fechado/Semiaberto	Fluxo aberto
Cumprimentos em Atraso	4	45
Medidas sem Cumprimentos Gerados	5	107

4) Estatísticas - Inconsistências Encontradas:

	Fluxo Fechado/Semiaberto	Fluxo Aberto
Pendentes de encerramento	0	11

5) Decurso de Prazo

	Fluxo Fechado/Semiaberto	Fluxo Aberto	Mais antiga
Intimações	4	30	17.07.2025

6) Análise de Juntadas

	Fluxo Fechado/Semiaberto	Fluxo Aberto	Mais antiga
Juntadas	28	195	30.07.2024
Retorno de Conclusão	4	22	26.07.2025
Mandados aguardando análise de retorno	0	34	13.07.2025

b) Automações e Localizadores

Indicador	Verificação 1
Quantidade de automações	109
Quantidade de localizadores criados pela unidade	585
Dados captados no E-proc em 24.09.2025.	

c) Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento - SNA

Indicador	Verificação 1
Relatório de visita às entidades de acolhimento	Parcialmente atualizado
Observações a) Verificação 1 em 24.09.2025. a.1) Existe 1 programa institucional de acolhimento e/ou programa de acolhimento familiar cadastrado no sistema: CASA LAR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: Em consulta aos dados da referida instituição, a partir de 06/08/2024, verificou-se que há registro de inspeção/visitas do(a) magistrado(a) nos meses de outubro e dezembro de 2024, bem como nos meses de janeiro, fevereiro, março, maio, julho e setembro de 2025. b) Padrão de conformidade: O juiz com competência na infância e juventude deverá realizar visitas mensais aos programas de acolhimento institucional e familiar e determinará a inserção das informações obtidas e das medidas adotadas em favor da criança ou do adolescente no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento - SNA (art. 391 do CNCGJ).	

d) Serviços da Central de Auxílio à Movimentação Processual - Camp

Robô	Data último acesso
Arquivamento	--
Endereços	24.09.2025
Sisbajud	22.09.2025
Renajud	23.09.2025
Óbitos	Foram encontrados 187 registros.

e) Ordens de bloqueio sem tratamento - Sisbajud: Não.

f) Processos baixados com restrição ativa no RENAJUD: Sim.

g) Achados - Provimento 156/2023 do CNJ:

Foram encontradas certidões em processos que estão paralisados há mais de 100 dias. A unidade possui três regras de automação (n. 3, 4 e 12) configuradas para identificar os processos paralisados há mais de 180, 365 e 100 dias, respectivamente e incluí-los nos localizadores "CAR SEM MOVIMENTAÇÃO - CAR SEM MOV 180", "CAR-Processos sem movimentação há mais de 365 dias." e "CAR-Processos sem movimentação há mais de 100 dias". Aparentemente, tais regras servem mais para gestão da unidade, de forma a centralizar

os processos parados em cada faixa de paralisação, porém, foi verificado que quando se trata de processo do Juizado Especial, após ser incluído no localizador, é emitida certidão, impedindo que o processo continue a constar como paralisado há mais de 100 dias. Tal prática resultou na emissão de 54 certidões nos moldes abaixo:

Anexada ao processo



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Vara Única da Comarca de Capivari de Baixo

Rua João Rodrigues Martins, 164 - Bairro: Centro - CEP: 88745-000 - Fone: (48) 3622-7800 -
<https://www.tjsc.jus.br/comarcas/capivari-de-baixo> - Email: capivari.unica@tjsc.jus.br

TERMO CIRCUNSTANCIADO Nº [REDACTED] SC

CERTIDÃO

Certidão de Ajuste Correicional:

Certifico que os presentes autos encontram-se em cartório sem movimentação há mais de 100 dias, sendo tomadas as seguintes providências: aguardando cadastro junto ao PJe.

O referido é verdade, do que dou fê.

Documento eletrônico assinado por **PAULA BONIFACIO BARCELOS, Chefe de Cartório**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?

h) Perfil atribuído aos estagiários:

- gabinete:

Beatriz Antunes Almeida

Sigla	UF	Órgão Lotação/Entidade/Órgão Conveniado	Tipo	Interno	Ativo	Data Cadastro	Usuário que ativou	Ações
beatrizalmeida	SC	Vara Única da Comarca de Capivari de Baixo	ESTAGIÁRIO	Sim	Sim	08/07/2024 14:47:20	PATRICIA FRANCISCO SILVEIRA	

Pedro da Silva Ribeiro

Nome	Sigla	Tipo	Órgão Lotação RH	Autoridade Coatora atual	Ações
PEDRO DA SILVA RIBEIRO	PEDRORIBEIRO	ESTAGIÁRIO			

Maria Laura da Rosa Fernandes

Nome	Sigla	Tipo	Órgão Lotação RH	Autoridade Coatora atual	Ações
MARIA LAURA DA ROSA FERNANDES	MARIALAURAFERNANDES	ESTAGIÁRIO			

- cartório:

Izadora de Carvalho Claudino

Nome	Sigla	Tipo	Órgão Lotação RH	Autoridade Coatora atual	Ações
IZADORA DE CARVALHO CLAUDINO	IZADORACARVALHO	ESTAGIÁRIO			

Maria Eduarda Domingos Correa

Nome	Sigla	Tipo	Órgão Lotação RH	Autoridade Coatora atual	Ações
MARIA EDUARDA DOMINGOS CORREA	MARIA70773	ESTAGIÁRIO			
MARIA EDUARDA DOMINGOS CORREA	MARIA70773	SERVIDOR UNIDADE JUDICIAL			

Gabriela Silva Machado

Nome	Sigla	Tipo	Órgão Lotação RH	Autoridade Coatora atual	Ações
GABRIELA SILVA MACHADO	GABRIELAMACHADO	ESTAGIÁRIO			
GABRIELA SILVA MACHADO	GABRIELAMACHADO	SERVIDOR UNIDADE JUDICIAL			

Vinicius da Silva Silverio

Nome	Sigla	Tipo	Órgão Lotação RH	Autoridade Coatora atual	Ações
VINÍCIUS DA SILVA SILVÉRIO	13122607930	ESTAGIÁRIO			

i) Programas de Apoio

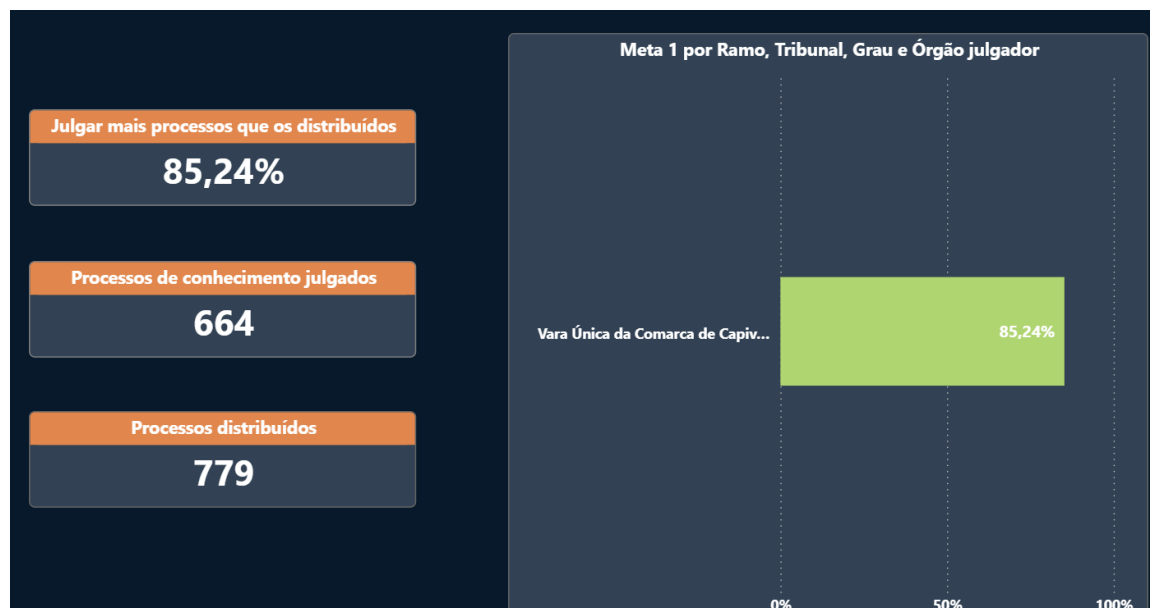
Programa	Período
Cooperação em cartório	dezembro/22 a janeiro/23; março/23 a abril/23; julho/23 a dezembro/23
Cooperação em gabinete	novembro/23 a dezembro/23
Programa de Apoio Judiciário - PAJ	Não houve

j) Dados adicionais

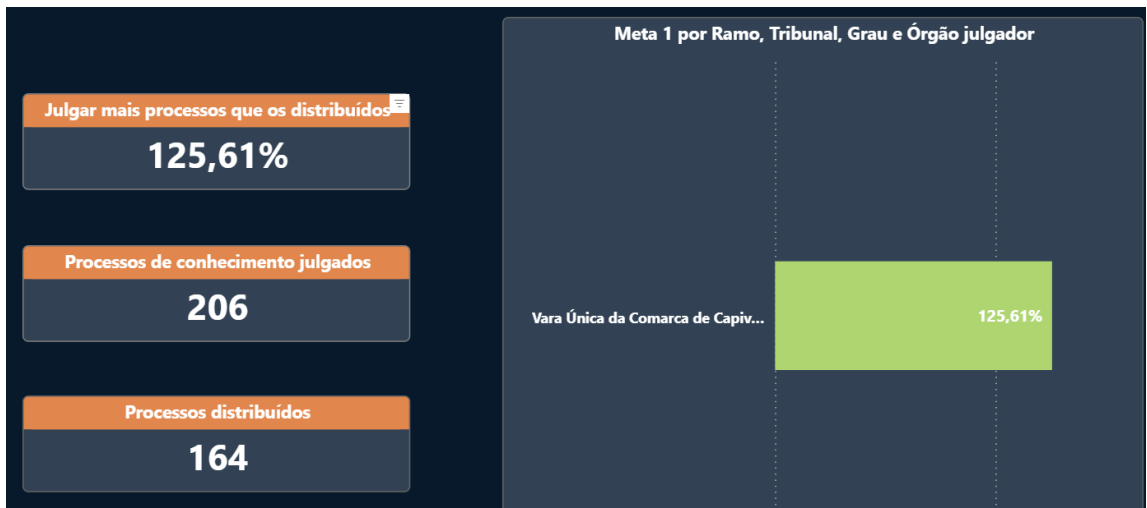
Programa	Período
Provimento 51/2020 - Excesso de prazo de conclusão	2025
Provimento 51/2020 - Evolução do acervo	Não houve
Provimento 51/2020 - Metas e Diretrizes Nacionais do CNJ	Não houve

k) Meta 1

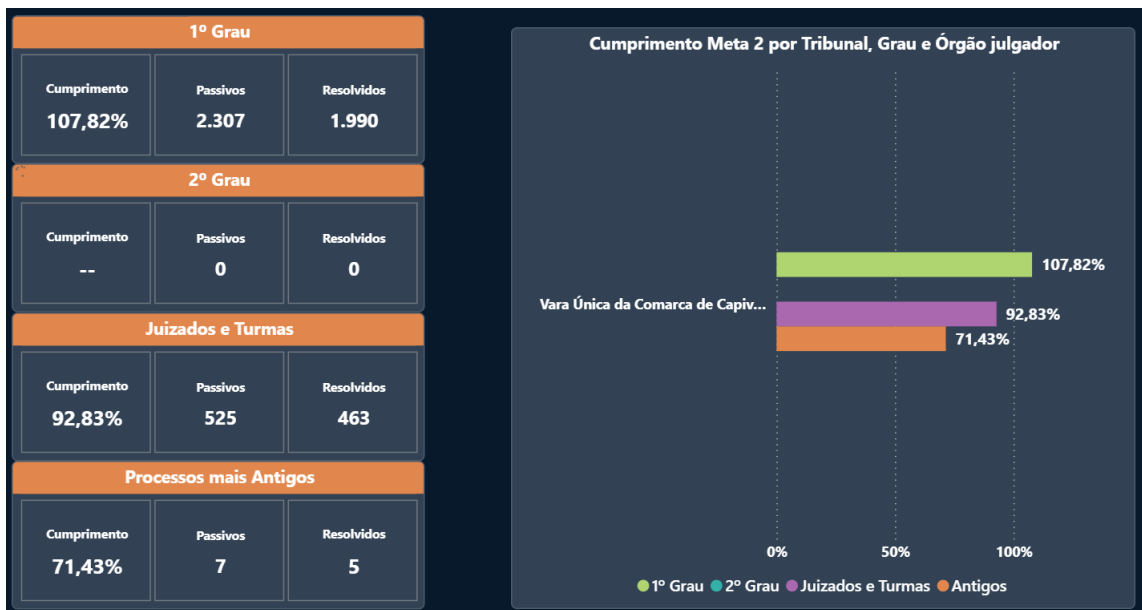
Meta 1 - 1º Grau (Julgar mais processos que os distribuídos)



- Meta 1 - Juizado Especial (Julgar mais processos que os distribuídos)



I) Meta 2 1º Grau e Juizado Especial (Julgar processos mais antigos)



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Americo de Souza Neto, Assessor Correicional**, em 25/09/2025, às 18:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjsc.jus.br/verificacao> informando o código verificador **9852168** e o código CRC **79167A40**.



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO - SITUACIONAL HOJE

Unidade: Vara Única da Comarca de Capivari de Baixo

Data da Extração: 25/09/2025

1. ESTATÍSTICA PROCESSUAL - ACERVO DA UNIDADE

Processos na unidade

Acervo - Total	7.980
Acervo em andamento	6.667
Processos em Andamento	6.435
Procedimentos em Andamento	232
Acervo Suspenso	1.313
Percentual de Suspensos sobre o Acervo Total	16%
Acervo Físico	(Em branco)
Processos em Tramitação Direta	18
Processos Pendentes de Baixa	321

Processos do Juizado Especial

Juizado Especial - Total	949
Juizado Especial Cível em Andamento	650
Juizado Especial Criminal em Andamento	259
Juizado Especial da Fazenda em Andamento	(Em branco)
Juizado Especial em Andamento (Diversos)	(Em branco)
Juizado Especial Suspensos	40

Processos do Executivo Fiscal

Execução Fiscal - Total	1.730
Execução Fiscal em Andamento	1.066
Execução Fiscal Suspenso	664

Observações
Informações obtidas mediante consulta aos dados do acervo atual do SAJ, EPROC e SEEU.



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO - SITUACIONAL NO INÍCIO DO MÊS

Unidade:

Vara Única da Comarca de Capivari de Baixo

Data da Extração: 01/09/2025

1. ESTATÍSTICA PROCESSUAL - ACERVO DA UNIDADE

Processos na unidade

Acervo - Total	7.897
Acervo em andamento	6.595
Processos em Andamento	6.370
Procedimentos em Andamento	225
Acervo Suspenso	1.302
Percentual de Suspensos sobre o Acervo Total	16%
Acervo Físico	(Em branco)

Processos do Juizado Especial

Juizado Especial - Total	976
Juizado Especial Cível em Andamento	689
Juizado Especial Criminal em Andamento	247
Juizado Especial da Fazenda em Andamento	(Em branco)
Juizado Especial em Andamento (Diversos)	(Em branco)
Juizado Especial Suspensos	40

Processos do Executivo Fiscal

Execução Fiscal - Total	1.760
Execução Fiscal em Andamento	1.110
Execução Fiscal Suspenso	650

Observações

Informações obtidas mediante consulta aos dados do acervo atual do SAJ, EPROC e SEEU.



Unidade:

Vara Única da Comarca de Capivari de Baixo

Data da Extração: 25/09/2025

2. ESTATÍSTICA PROCESSUAL - ENTRADAS E SAÍDAS

Processos entrados

	Total	Média Mensal
Entrados por Distribuição	2.104	175,33
Entrados por Redistribuição	998	83,17
Entrados por Transferência	(Em branco)	(Em branco)
Procedimentos Investigativos e Cartas - Distribuídos	376	31,33
Procedimentos Investigativos e Cartas - Redistribuição	78	6,50
Procedimentos Investigativos e Cartas - Outras Entradas	39	4,33
Outras Entradas	1.347	112,25
Entrados - Total	4.942	411,83

Processos saídos

	Total	Média Mensal
Arquivados Definitivamente	2.966	247,17
Saídas por Redistribuição	1.584	132,00
Saídas por Transferência	31	2,58
Procedimentos Investigativos e Cartas - Arquivo Definitivo	563	46,92
Procedimentos Investigativos e Cartas - Redistribuição	11	0,92
Procedimentos Investigativos e Cartas - Outras Saídas	102	8,50
Outras Saídas	1.278	106,50
Saídos - Total	6.519	543,25

Termos Circuntanciados

	Total	Média Mensal
Entrados por Distribuição	158	13
Arquivados Definitivamente	118	10

Dados de termos circuntanciados apresentados para fins de detalhamento, estando incluídos nas tabelas de processos "entrados por distribuição" e saídos "arquivados definitivamente".

Observações

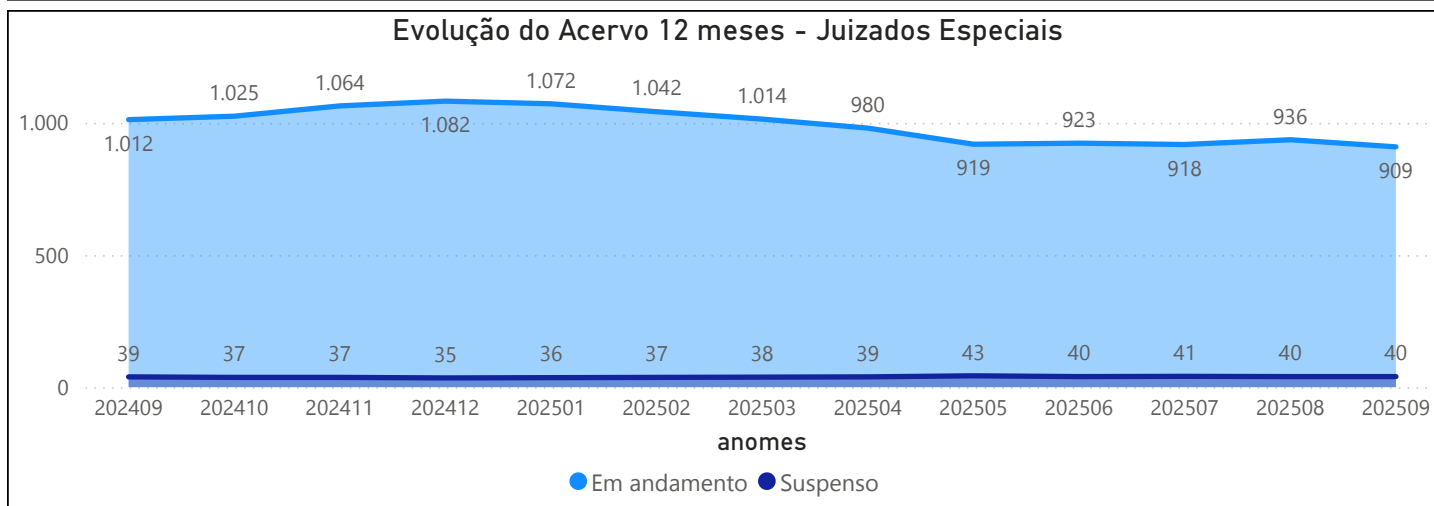
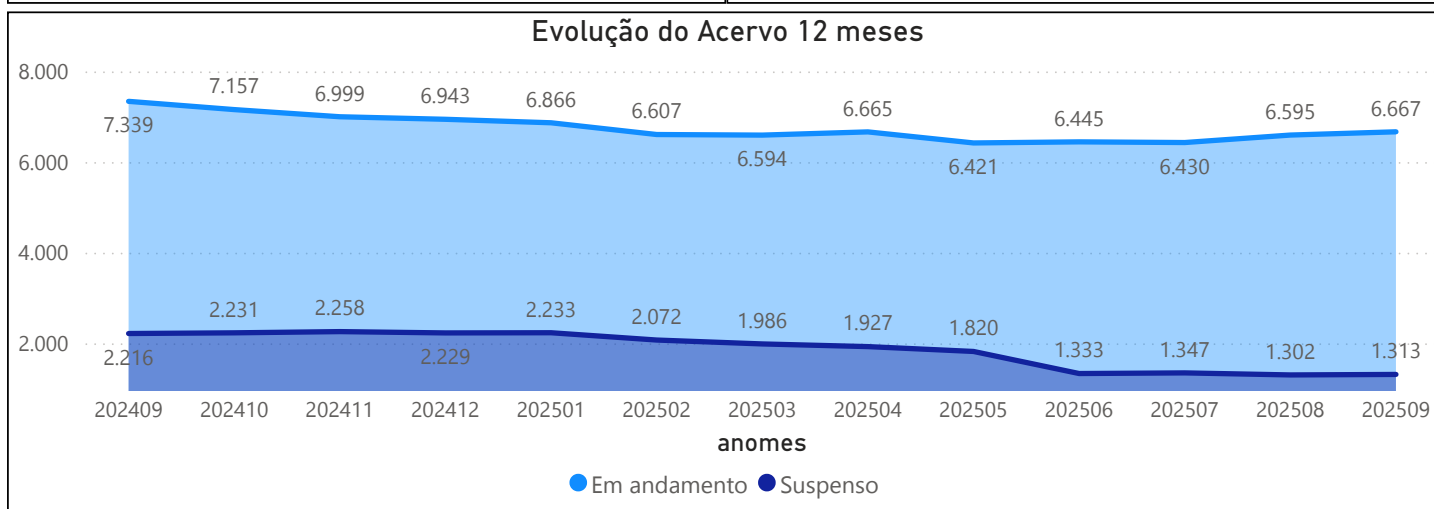
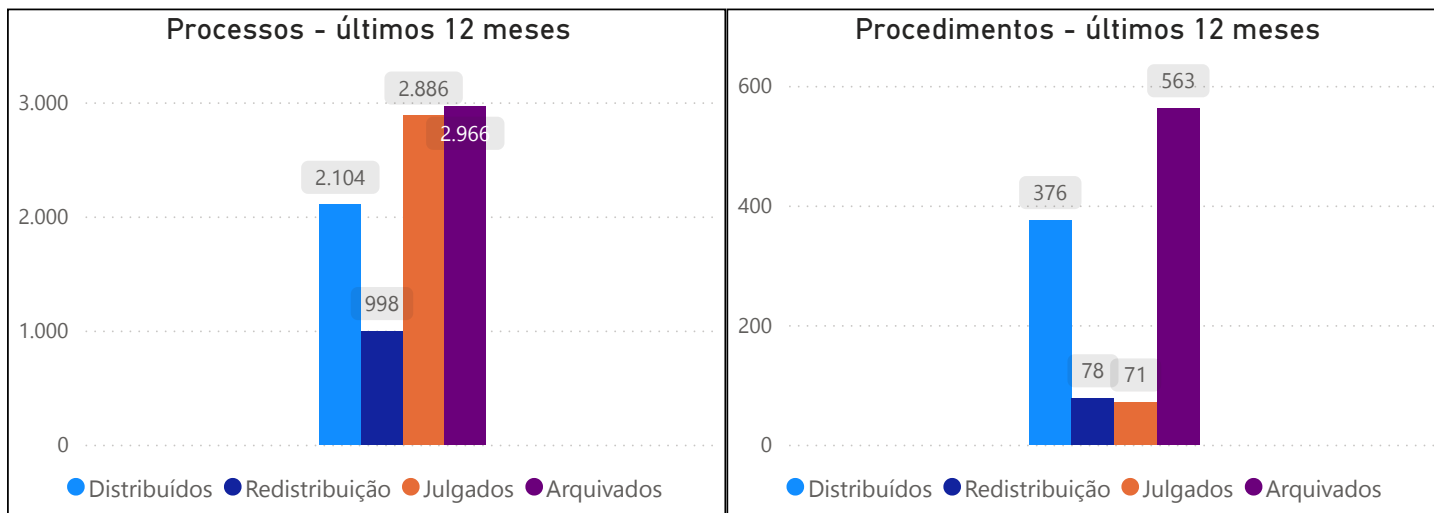
Informações obtidas mediante consulta aos dados de entradas e saídas do SAJ, EPROC e SEEU.



Unidade:

Vara Única da Comarca de Capivari de Baixo

Data da Extração: 25/09/2025





Unidade:

Vara Única da Comarca de Capivari de Baixo

Data da Extração: 25/09/2025

3. ESTATÍSTICA PROCESSUAL - PRODUÇÃO E INDICADORES CNJ

Produtividade no último ano

	Total	Média Mensal
Sentenças	2.957	246,42
Decisões	4.823	401,92
Despachos	6.118	509,83
Audiências realizadas	492	41
Audiências realizadas - Juizado Especial	131	11

Audiências

	Total	Mais longínqua
Audiências designadas	244	08/07/2026
Audiências designadas - Juizado Especial	12	10/04/2026

Percentual de Cumprimento dos Indicadores CNJ

Taxa de congestionamento líquida nos últimos 12 meses	67,00%
Índice de Atendimento à Demanda nos últimos 12 meses	135,56 %

Mandados em carga

Total de Mandados em carga com oficial de justiça	183
Mandados em carga com oficial de justiça há mais de 30 dias	22

Observações

Nos processos migrados para o E-proc com audiências futuras no SAJ foram cadastradas como lembrete e passou a ser de responsabilidade das unidades o cadastro da audiência no E-proc.



Unidade:

Vara Única da Comarca de Capivari de Baixo

Data da Extração: 25/09/2025

4. ESTATÍSTICA PROCESSUAL - GABINETE E CARTÓRIO

Processos conclusos

Gabinete - Andamento	3.429
Percentual de processos conclusos em relação ao acervo	51%
Quantidade de processos físicos com o juiz	(Em branco)
Quantidade de processos eletrônicos com o juiz	3.429
Conclusos há +100 dias	1.929
Conclusos há +120 dias	1.720
Conclusos há +365 dias	639
Processos pendentes de julgamento - Meta 2	251
Processos pendentes de julgamento - Meta 2 - Mais Antigos	1

Processos em Cartório

Cartório em Andamento	3.220
Cartório - Sem movimentação há +100 dias	381
Cartório - Sem movimentação há +120 dias	279
Cartório - Sem movimentação há + 365 dias	13
Cartório Suspensos	1.313
Processos pendentes de julgamento - Meta 2	154
Processos pendentes de julgamento - Meta 2 - Mais Antigos	(Em branco)



Unidade:

Vara Única da Comarca de Capivari de Baixo

Data da Extração: 01/09/2025

4. ESTATÍSTICA PROCESSUAL - GABINETE E CARTÓRIO (INÍCIO DO MÊS)

Processos conclusos

Gabinete - Andamento	3.508
Percentual de processos conclusos em relação ao acervo	53%
Quantidade de processos físicos com o juiz	(Em branco)
Quantidade de processos eletrônicos com o juiz	3.508
Conclusos há +100 dias	1.947
Conclusos há +120 dias	1.756
Conclusos há +365 dias	720

Processos em Cartório

Cartório em Andamento	3.087
Cartório - Sem movimentação há +100 dias	341
Cartório - Sem movimentação há +120 dias	290
Cartório - Sem movimentação há + 365 dias	18
Cartório Suspensos	1.302



Unidade:

Vara Única da Comarca de Capivari de Baixo

Data da Extração: 25/09/2025

4.1. ACERVO CARTÓRIO

Processos sem impulso há mais de 100 dias pelo ano da última movimentação

Ano	Total
2025	294
2024	87
Total	381

Processos sem impulso há mais de 120 dias pelo ano da última movimentação

Ano	Total
2025	192
2024	87
Total	279



Unidade:

Vara Única da Comarca de Capivari de Baixo

Data da Extração: 25/09/2025

4.2 - ACERVO GABINETE

Processos conclusos há mais de 100 dias pelo ano da conclusão

Ano	Concluso Sentença
2025	72
2024	39
2023	4
Total	115

Ano	Conclusos Decisão
2024	730
2025	550
2023	14
Total	1.294

Ano	Concluso Despacho
2025	362
2024	136
2023	22
Total	520

Processos conclusos há mais de 120 dias pelo ano da conclusão

Ano	Concluso Sentença
2025	48
2024	39
2023	4
Total	91

Ano	Conclusos Decisão
2024	730
2025	424
2023	14
Total	1.168

Ano	Concluso Despacho
2025	303
2024	136
2023	22
Total	461



Unidade:

Vara Única da Comarca de Capivari de Baixo

Data da Extração: 25/09/2025

5. PRIORIDADES NA TRAMITAÇÃO

	Total	Distribuição mais antiga
Adoção e/ou destituição familiar há + 120 dias	(Em branco)	(Em branco)
Habilitação para adoção há + 240 dias	1	29/04/2024

Processos concluídos com Réus Presos

Concluídos para sentença há + 10 dias	9
---------------------------------------	---

Processos concluídos com prioridade Idoso

Concluídos - IDOSO	805
Concluídos - IDOSO 80 anos	103
Concluídos - IDOSO há + 100 dias	418
Concluídos - IDOSO 80 anos há + 100 dias	68
Concluídos - IDOSO há + 120 dias	391
Concluídos - IDOSO 80 anos há + 120 dias	62

Processos em cartório com prioridade Idoso

Cartório - IDOSO	590
Cartório - IDOSO 80 anos	53
Cartório - IDOSO há + 100 dias	49
Cartório - IDOSO 80 anos há + 100 dias	5
Cartório - IDOSO há + 120 dias	37
Cartório - IDOSO 80 anos há + 120 dias	4

Unidade: Vara Única da Comarca de Capivari de Baixo

Data da Extração: 25/09/2025

6. DETERMINAÇÕES (120 e 365 dias):

Nos itens que seguem, deverão ser prestadas informações acerca do cumprimento, no prazo fixado na decisão/despacho que acompanha o relatório.

Destaca-se que a unidade deverá manter controle e impulsionar os processos antes de completarem o ciclo de 120 dias, impedindo, assim, a soma de novos registros àqueles mencionados na verificação de dados.

Conclusos há + 120 dias

Promover o andamento/julgamento dos **1720** processos paralisados há mais de 120 dias, apontados no presente relatório.

Conclusos há + 365 dias

Promover o andamento/julgamento dos **639** processos paralisados há mais de 365 dias, apontados no presente relatório.

Cartório – Sem movimentação há + 120 dias

Promover o impulso dos **279** processos sem movimentação há mais de 120 dias, apontados no presente relatório.

Cartório – Sem movimentação há + 365 dias

Impulsionar os **13** processos sem movimentação regular há mais de 365 dias, apontados no presente relatório.

Conclusos para sentença há + 10 dias (réu presos)

Priorizar o julgamento dos **9** processos conclusos para sentença com réus presos, apontados no presente relatório.

Conclusos - IDOSO há + 120 dias

Priorizar o andamento/julgamento dos **391** processos com idosos, apontados no presente relatório.

Conclusos - IDOSO 80 anos há + 120 dias

Priorizar o andamento/julgamento dos **62** processos com partes com idade acima de 80 anos, apontados no presente relatório, como forma de concretizar a prioridade que lhes são inerentes.

Cartório - IDOSO há + 120 dias

Priorizar a movimentação dos **37** processos com idosos, apontados no presente relatório.

Cartório - IDOSO 80 anos há + 120 dias

Priorizar a movimentação dos **4** processos com partes com idade acima de 80 anos, apontados no presente relatório.

Núcleo III - Foro Judicial



Unidade: Vara Única da Comarca de Capivari de Baixo

Data da Extração: 25/09/2025

7. DETERMINAÇÕES GERAIS:

Nos itens que seguem, deverão ser prestadas informações acerca do cumprimento, no prazo fixado na decisão/despacho que acompanha o relatório.

Índice de Atendimento a Demanda - IAD

IAD de **135,56%** - Em relação ao índice de atendimento à demanda (IAD), que mede a relação entre o número de processos baixados (Primeira Baixa CNJ) e o número de casos novos apresentados no mesmo período, recomenda-se que a unidade envie esforços para que o IAD supere o percentual de 100%, elaborando cronograma de atividades destinado a priorizar o arquivamento definitivo de um número maior de processos do que o número de entrada de novos feitos.

Mandados em carga com oficial de justiça há mais de 30 dias

Há **22** mandados com carga há mais de 30 dias em **20** processos. No tocante aos mandados pendentes de cumprimento há mais de 30 dias, deverão se efetuadas as cobranças necessárias, observando-se as disposições contidas nos artigos 108 e 109 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça.

Audiências

Não há determinação para este ponto.

Processos Suspensos

Recomenda-se ao Magistrado que, no exercício da função correicional inerente à sua atividade de gestão da unidade judicial, e conciliando-a com os demais trabalhos, promova o saneamento progressivo do acervo de processos suspensos, com a devida identificação e organização em localizadores específicos.

Núcleo III - Foro Judicial



7. ORIENTAÇÕES GERAIS

Os itens que seguem deverão ser observados no regular andamento dos trabalhos, de modo que não há necessidade de prestar informações. Destaca-se que as orientações abaixo abrangem todas as competências e devem ser consideradas sob o prisma da competência da unidade.

7.1 Metas do CNJ:

Informações sobre as metas encontram-se disponíveis no link (<http://www.cnj.jus.br/gestao-e-planejamento/metas>).

Meta 1 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos de 20/12/2024 a 19/12/2025, excluídos os suspensos e sobrestados de 20/12/2024 a 19/12/2025.

Meta 2 – Identificar e Julgar até 31/12/2025 pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2021 no 1º grau, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2022 no 2º grau, 95% dos processos distribuídos até 31/12/2022 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais e 100% dos processos de conhecimento pendentes de julgamento há 15 anos (2010) ou mais.

Meta 3 - aumentar o indicador Índice de Conciliação do Justiça em Números em 1 ponto percentual em relação a 2024. Cláusula de barreira: 17% de Índice de Conciliação.

Meta 4 – Identificar e julgar até 31/12/2025, 65% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até 31/12/2021, em especial as relativas a corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão e identificar e julgar até 26/10/2025, 100% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 26/10/2021.

Meta 5 - reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida de processo de conhecimento, em relação a 2024. Cláusula de barreira: 56%.

Meta 6 - Identificar e julgar até 31/12/2025 50% dos processos relacionados às ações ambientais distribuídos até 31/12/2024.

Meta 7 - Identificar e julgar até 31/12/2025 50% dos processos relacionados aos direitos das comunidades indígenas e 50% dos processos relacionados aos direitos das comunidades quilombolas distribuídos até 31/12/2024.

Meta 8 – identificar e julgar, até 31/12/2025, 75% dos casos de feminicídio distribuídos até 31/12/2023 e 90% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2023.

Meta 10 - Identificar e julgar até 31/12/2025, no 1º grau, 90% e no 2º grau, 100% dos processos em fase de conhecimento, nas competências da Infância e Juventude cível e de apuração de ato infracional, distribuídos até 31/12/2023 nas respectivas instâncias.



7.2 Sistemas do CNJ

A unidade deve consultar o manual do usuário, disponível em (<https://www.tjsc.jus.br/web/corregedoria-geral-da-justica/sistemas-cnj>) a fim de obter as orientações pertinentes aos sistemas do CNJ.

7.2.1 Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA

É uma ferramenta eletrônica que consolida, em um único banco de dados, as informações sobre os bens apreendidos em procedimentos criminais e relativos à infância e juventude. Os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão. A situação dos bens deve ser atualizada sempre que as informações forem alteradas nos autos em tramitação.

7.2.2 Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP –

Deve ser alimentado pelos juízes com competência criminal. É uma ferramenta eletrônica que consolida em um único banco de dados as informações sobre as inspeções em todo território nacional. Os juízes com competência criminal, utilizando o perfil “Magistrado” no CNIEP, devem alimentar o sistema. Não há como habilitar servidor para inserir os dados, pois não há este perfil. Havendo cadeia pública na comarca, o estabelecimento penal também deverá estar cadastrado no sistema e devidamente fiscalizado, desde que existam celas para o cumprimento de pena. Tratando-se de cadeia pública para presos provisórios (prisões em flagrante), não há necessidade de alimentação dos dados no CNJ. Os dados devem ser lançados até o dia 10 (dez) do mês seguinte, sem prejuízo das imediatas providências para seu adequado funcionamento.

7.2.3 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI

Os juízes com competência criminal também devem alimentar o sistema. Referido cadastro reúne as informações do Poder Judiciário sobre pessoas físicas e jurídicas definitivamente condenadas por atos de improbidade no Brasil, nos termos da Lei n. 8.429/1992, e por atos que ocasionem a inelegibilidade do réu, nos termos da Lei Complementar n. 64/1990. Constitui uma ferramenta eletrônica que permite o controle jurídico dos atos da Administração que causem danos patrimoniais ou morais ao Estado, concentrando as informações de todo o Brasil em um único banco de dados. O juízo responsável pela execução das sentenças condenatórias das ações de improbidade administrativa, nos termos da Lei n. 8.429/1992, deverá lançar os dados no sistema, após o trânsito em julgado. Nas ações que impliquem em inelegibilidade do réu, no caso de trânsito em julgado em primeiro grau, compete ao juízo prolator da decisão condenatória o lançamento das informações. Em caso de recurso, o presidente do órgão colegiado prolator do acórdão condenatório determinará a quem estiver secretariando os trabalhos, ao final da sessão de julgamento, que providencie a inclusão, nos



termos do art. 197, § 4º, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça. A alimentação do CNCIAI deverá ser feita até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao trânsito em julgado de condenações ou à constatação de cumprimento de alguma das obrigações pelos condenados.

7.3 Prisão de pessoa migrante

Nos termos da Resolução n. 405/2021 do CNJ, a unidade deve comunicar à representação consular sobre a prisão, assim que efetivada, exclusivamente nos casos em que a pessoa migrante assim o solicitar. Nos casos em que não houver representação consular ou representante nomeado pelo país de origem da pessoa, deverá ser comunicada à representação diplomática e, em sua ausência, o Ministério das Relações Exteriores.

8. ORIENTAÇÕES AO GABINETE

Os itens que seguem deverão ser observados no regular andamento dos trabalhos, de modo que não há necessidade de prestar informações.

ORIENTAÇÕES – TODAS AS COMPETÊNCIAS

8.1 Revisar o conjunto de atos normativos da unidade e centralizar todos os regramentos do seu funcionamento em uma única Portaria Administrativa, cujo modelo encontra-se disponível nas "Diretrizes de Gestão de Gabinetes" (<https://www.tjsc.jus.br/web/corregedoria-geral-da-justica/gestao-de-unidades-judiciais>), prevendo-se, inclusive, a delegação de atos ordinatórios.

8.2 Primar pela triagem diária a fim de evitar movimentações freqüentes (e até mesmo nova conclusão) favorecendo o impulso dos processos de baixa complexidade (alvarás, homologações, despachos de mero impulso, arquivamento).

8.3 Primar pelo fluxo regular de processos do gabinete-cartório e do cartório-gabinete, a fim de que se mantenha uma constância e se evite acúmulos e/ou represamentos, tanto em cartório quanto em gabinete, observando-se o disposto no art. 132, IV, do CNCJG.

8.4 Observar o art. 166 do CNCJG no tocante à prioridade na análise dos pedidos de liberação de valores.

8.5 Observar a Recomendação n. 12/2013 do CNJ, que trata de inspeção nas unidades judiciárias com periodicidade não superior a um ano, bem como a Orientação n. 40/2020, que versa sobre a autoinspeção, a qual deverá ocorrer sempre no mês de setembro sob a coordenação do magistrado titular e da chefia de cartório.

8.6 Observar que a senha para acesso ao sistema e-proc é pessoal, sendo vedada a sua utilização por outro que não o titular. O mesmo vale para outros atos de cunho pessoal do usuário.



8.7 Observar o que estabelece as Diretrizes de gestão de gabinetes nas unidades judiciárias de primeiro grau (<https://www.tjsc.jus.br/web/corregedoria-geral-da-justica/gestao-de-unidades-judiciais>).

8.8 Observar as Resoluções n. 17/2011-GP e n. 32/2013-GP acerca da quantidade de pessoal de assessoramento e apoio do gabinete do juiz.

8.9 Utilizar os serviços oferecidos pela Central de Auxílio à Movimentação Processual - Camp ([Cartilha Camp](#)).

ORIENTAÇÕES – COMPETÊNCIA CÍVEL

8.10 Utilizar o SerasaJud conforme as definições presentes no Apêndice XLVI do CNCJGJ.

ORIENTAÇÕES – COMPETÊNCIA CRIMINAL/INFÂNCIA E JUVENTUDE

8.11 Observar o teor da Resolução n. 134/2011 do CNJ, ratificada pela Circular CGJ n. 144/2015, quanto à necessidade de destinação das armas de fogo e munições apreendidas.

8.12 Determinar a destruição/destinação de bens e armas apreendidos antes do arquivamento definitivo dos processos nos termos da Resolução n. 63/2008 do CNJ e art. 199 do CNCJGJ.

8.13 Observar a vedação do recebimento e armazenamento de armas de fogo, munições e produtos afins nos fóruns e demais dependências do Poder Judiciário (Resolução Conjunta GP/CGJ n. 9/2021).

ORIENTAÇÕES – COMPETÊNCIA CRIMINAL

8.14 Observar a determinação do art. 6º da Resolução n. 417/2021 do CNJ, que trata do cumprimento do alvará de soltura, expedido no BNMP 3.0, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

8.15 Observar a Circular n. 37/2018 da CGJ, providenciando o saneamento do Processo de Execução Penal antes do declínio de sua competência, com a análise das questões pendentes de julgamento. Ante a impossibilidade justificada, encaminhar o atestado de pena a cumprir.

ORIENTAÇÕES – COMPETÊNCIA INFÂNCIA E JUVENTUDE

8.16 Observar o Ofício-Circular n. 135/2013 da CGJ e a Resolução n. 417/2021 do CNJ quando do cumprimento de alvará de liberação de adolescente em conflito com a lei.



8.17 Realizar, pessoalmente, inspeção bimestral nos programas de atendimentos socioeducativos que atendem os adolescentes em conflito com a lei, nos termos do art. 1º da Resolução n. 77/2009 do CNJ e do art. 283 do CNCJG.

8.18 Dar impulso e prioridade ao processo de adolescente em conflito com a lei internado provisoriamente, no limite de 45 (quarenta e cinco) dias, nos termos dos arts. 108 e 183 do ECA.

8.19 Observar a Circular n. 34/2018 da CGJ, notadamente quanto à correta capitulação legal do ato infracional atribuído ao adolescente nas decisões e sentenças que apliquem medida socioeducativa de privação de liberdade, com destaque para o tipo penal análogo infringido, a existência de causa de diminuição de pena, presença de violência real ou grave ameaça, fatores que irão influenciar na pontuação e na ordem de atendimento.

8.20 Observar o teor do Provimento n. 17/2018, que estabeleceu procedimentos relativos ao Programa Novos Caminhos, e designar servidor para acompanhar referido programa, nos termos do art. 3º daquele provimento.

8.21 Observar o Provimento n. 13/2018, que criou o Sistema "Busca Ativa" e instituiu procedimentos a serem observados na inclusão de crianças e adolescentes passíveis de adoção tardia.

9. ORIENTAÇÕES AO CARTÓRIO

Os itens que seguem deverão ser observados no regular andamento dos trabalhos, de modo que não há necessidade de prestar informações.

ORIENTAÇÕES – TODAS AS COMPETÊNCIAS

9.1 Observar o gerenciamento das rotinas cartorárias. É necessária a distribuição de tarefas definidas entre os servidores, de modo que cada um saiba as atribuições que lhe competem. Dentre as atribuições de cada servidor, também deve ficar claro qual a periodicidade de execução das tarefas, se estas exigem atenção diária, semanal ou quinzenal, conforme o caso.

9.2 Providenciar para que seja observada a ordem cronológica no cumprimento dos atos cartorários, excetuando-se os casos urgentes e as prioridades legais. Esclarece-se que a unidade pode impulsionar rapidamente os lotes de processos que aguardam lançamentos de baixa complexidade, agrupando processos por localizadores ou por outras atividades que definam como producentes, sem que isso signifique quebra de cronologia.

9.3 Manter os controles obrigatórios, na forma do art. 182 e seguintes do CNCJG.

9.4 Conferir os dados do cadastro das petições iniciais.

9.5 Dar impulso e prioridade na tramitação de processos judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, pessoa portadora



de deficiência e pessoa portadora de doença grave (Resolução TJ n. 16/2013). Atentar-se para a prioridade especial das pessoas com mais de 80 (oitenta) anos, conforme Lei n. 10.741/2003, art. 71, § 5º.

9.6 Criar automações, localizadores ou lembretes próprios, conforme o caso, que auxiliem na separação, busca e cumprimento dos processos incluídos nas metas do CNJ, bem como os processos judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, pessoa portadora de deficiência e pessoa portadora de doença grave (Resolução TJ n. 16/2013). Atentar-se para a prioridade especial das pessoas com mais de 80 (oitenta) anos, conforme Lei n. 10.741, art. 71, § 5º.

9.7 Observar o art. 166 do CNCJG no tocante à prioridade na expedição dos alvarás judiciais, a qual deve ocorrer pelo menos semanalmente, abrangendo todos os processos nessa situação.

9.8 Antes da remessa dos autos para cálculo das custas finais, lançar o evento de trânsito em julgado e atualizar os dados do devedor (CPF, CNPJ, endereço completo, etc).

9.9 Primar pelo fluxo regular de processos do gabinete-cartório e do cartório-gabinete, a fim de que se mantenha uma constância e se evite acúmulos e/ou represamentos, tanto em cartório quanto em gabinete, observando-se o disposto no art. 132, IV, do CNCJG.

9.10 Utilizar localizadores específicos para determinados atos, a fim de facilitar a criação de automações e o cumprimento dos processos com maior brevidade. Observar que os "Lembretes" podem ser utilizados para adotar modo particular de organização da unidade.

9.11 Observar a proibição de assinatura de certidões, termos, atos ordinatórios e quaisquer outros documentos por estagiários.

9.12 Observar que os livros de registros de cargas externas (advogados e peritos) não podem ser eliminados, bem assim os livros antigos de registro de autos (livro Tombo), registro de termos de audiência e registro de sentença.

9.13 Utilizar os sistemas disponíveis no site da Corregedoria-Geral da Justiça, especialmente o acesso à rede Infoseg e Infojud.

9.14 Observar o teor da redação da Circular n. 18/2017 da CGJ no tocante à utilização dos serviços do correio.

9.15 Observar que a senha para acesso ao sistema e-proc é pessoal, sendo vedada a sua utilização por outro que não o titular. O mesmo vale para outros atos de cunho pessoal do usuário.

9.16 Observar o disposto nas Resoluções Conjuntas GP/CGJ n. 6/2016 e n. 6/2018 quanto à digitalização e destinação de processos físicos que foram digitalizados.

9.17 Dispensar atendimento prioritário às pessoas com deficiência, aos idosos, às gestantes, às lactantes, às pessoas com crianças de colo e aos obesos, conforme dispõem as Leis Federais



n. 10.048, de 8 de novembro de 2000, e n. 10.741, de 1º de outubro de 2003 e Lei n. 13.466, de 12 de julho de 2017, além do disposto na Orientação CGJ n. 4/2021.

9.18 Observar o que estabelece as Diretrizes de Gestão de Gabinetes nas Unidades Judiciárias de Primeiro Grau (<https://www.tjsc.jus.br/web/corregedoria-geral-da-justica/gestao-de-unidades-judiciais>).

9.19 Observar os procedimentos do Apêndice XXVII do CNCJ, quanto à utilização do Infojud e tratamento das informações.

9.20 Estabelecer rotina semanal de arquivamento de processos.

9.21 Atentar para a correta seleção do órgão/entidade a ser citado ou intimado, a fim de evitar possíveis nulidades processuais e consequentes retrabalho, pois já foram detectados erros análogos, caracterizados pela escolha equivocada do órgão/entidade a ser comunicado (mais precisamente, outro vinculado, em vez da Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina).

9.22 Utilizar os serviços oferecidos pela Central de Auxílio à Movimentação Processual – Camp ([Cartilha Camp](#))

ORIENTAÇÕES – COMPETÊNCIA FAMÍLIA

9.23 Realizar a devolução dos kits de DNA não utilizados.

ORIENTAÇÕES – COMPETÊNCIA CRIMINAL

9.24 Observar os procedimentos dos arts. 222 a 229 do CNCJ quanto à proteção de vítimas e testemunhas ameaçadas.

9.25 Observar a Circular n. 37/2018 da CGJ, providenciando o saneamento do Processo de Execução Penal antes da remessa a outro juízo, conforme procedimentos das Orientações CGJ n. 55 e n. 6/2021, item 7.

9.26 Monitorar os processos de réus presos da unidade, mediante os controles disponíveis no sistema informatizado, de acordo com o art. 141, X, do CNCJ.

9.27 Observar o Comunicado n. 7/2022 que trata do sistema INFODIP no qual deverão ser lançadas, entre outras informações, as condenações criminais transitadas em julgado, as extinções de punibilidade e as condenações por improbidade administrativa. Frisa-se, no entanto, que a ferramenta não terá o condão imediato de substituir os sistemas atualmente utilizados para registros criminais e de improbidade administrativa. Dessa forma, até que seja desenvolvida integração entre os sistemas, as unidades judiciárias deverão proceder à alimentação concomitante do INFODIP com o Rol de Culpados (registros criminais) ou CNCIAI (improbidade administrativa).



ORIENTAÇÕES – COMPETÊNCIA CRIMINAL/INFÂNCIA E JUVENTUDE

9.28 Abster-se de arquivar processos com armas, munições ou bens apreendidos, sem que realizada a destinação devida. Nos processos em que não há decisão de destinação, o chefe de cartório deve certificar a existência dessa situação e encaminhar os autos ao magistrado. Havendo determinação de destinação, a secretaria do foro deve ser comunicada para as providências referidas nos arts. 192, 193, 198 e 199 do CNCJ, mediante certificação nos autos.

ORIENTAÇÕES – INFÂNCIA E JUVENTUDE

9.29 Dar impulso e prioridade ao processo de adolescente em conflito com a lei internado provisoriamente, no limite de 45 (quarenta e cinco) dias, nos termos dos arts. 108 e 183 do ECA.

9.30 Encaminhar somente cópia dos autos às entidades responsáveis pelo controle das medidas socioeducativas de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade (Lei n. 12.594/2012 – Lei do SINASE).

9.31 Observar a Circular n. 34/2018 da CGJ, notadamente quanto à expedição da guia de internação, devidamente preenchida, com destaque para a tipificação do ato infracional cometido, com a inclusão do referido artigo, incisos e parágrafos dos dispositivos de Lei.

ORIENTAÇÕES – COMPETÊNCIA JUIZADO ESPECIAL

9.32 Utilizar o sistema Intimafone para as intimações das partes e testemunhas no âmbito do Juizado Especial (Apêndice XII do CNCJ).

ORIENTAÇÕES – COMPETÊNCIA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

9.33 Observar a Orientação CGJ n. 15/2021, divulgada por meio da Circular CGJ n. 242/2021, além do Comunicado CGJ n. 30/2021, que dispõem sobre as providências a serem adotadas nos procedimentos de Medidas Protetivas de Urgência, bem como acerca das medidas necessárias (forma de cadastramento: classe e assuntos – principais e complementares) para viabilizar a captação dos dados pelo Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0). Cumpre informar que, por conta da Resolução CNJ n. 417/2021, a qual revogou a Resolução CNJ n. 242/2020, o Banco Nacional de Medidas Protetivas de Urgência (BNMPU) foi incorporado pelo BNMP 3.0. Observar, ainda, os procedimentos de suspensão do feito enquanto a medida protetiva estiver em vigor.

(CGJ – Núcleo III - Atualizadas em 06.08.2025)